

## **SESSÃO DE ABERTURA DO IV CURSO INTENSIVO DE SEGURANÇA E DEFESA NOS AÇORES**

**Ponta Delgada, 17 de novembro de 2017**

### ***Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

Foi com muito gosto que aceitei o convite para participar nesta Sessão de Abertura do Curso Intensivo de Segurança e Defesa nos Açores, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional, em colaboração com a Universidade dos Açores e com o Governo dos Açores.

Promover o debate, a reflexão, o desenvolvimento de uma capacidade de intervenção cívica capaz, crítica e atualizada, são tarefas e objetivos essenciais em qualquer sociedade.

Também aqui, o Governo dos Açores comunga e incentiva a busca e a construção de espaços onde essa tarefa possa ser, cabal e plenamente, cumprida e realizada.

Por isso aqui estamos.

Por isso, também, aqui estou.

A importância deste debate resulta ainda mais evidente em tempos como os que vivemos atualmente, marcados pela vertiginosa velocidade de circulação da informação e, igualmente importante é reconhecê-lo, pela vertiginosa velocidade de circulação da desinformação – porventura, a chamada “pós-verdade” –, através de novos meios e plataformas menos tradicionais, as quais, em muitos casos, potenciam a reação epidérmica e imediatista, em detrimento da ponderação, da análise, do rigor e da fundamentação.

Quando a esta realidade associamos as temáticas que constituem o núcleo central deste curso, – como são a segurança, a defesa, a participação ou gestão de conflitos ou o posicionamento de Portugal nas dinâmicas internacionais nestes domínios –, mais reforçada resulta ainda a necessidade de que a reflexão se faça, entre outros requisitos, tendo como promotoras instituições que assumem, desde logo, a função fundamental de formar e potenciar a análise crítica, como são o Instituto de Defesa Nacional e a Universidade dos Açores.

Felicito, pois, ambas as instituições, nas pessoas do Major-General Vítor Viana e do Professor Doutor Luís Gomes, pelo seu compromisso e envolvimento nesse objetivo, certo que os Açores são um dos palcos ideais para essa reflexão.

Parece ser um facto cada vez mais notório e comprovável que o mundo está em rápida mudança, e que aqueles que eram alguns dos cânones-base do posicionamento internacional de alguns Estados, ou de um conjunto de alianças, está em mutação acelerada.

De resto, os últimos tempos foram palco de algumas mudanças significativas no panorama geopolítico internacional, as quais, não constituindo, propriamente, “cismas” do modelo ocidental de alianças, das relações internacionais e do posicionamento

geopolítico fundamental que Portugal assume na União Europeia e na NATO, têm implicações que vão bem para além da «excentricidade» da atuação pública de alguns protagonistas, ou do impacto mediático de algumas posições.

Refiro-me, por exemplo, à entrada em cena de uma nova administração norte-americana ou à decisão sufragada pelos cidadãos do Reino Unido de deixarem a União Europeia – agora já com data marcada - a 29 de março de 2019.

O posicionamento, no mínimo, ambivalente ou inconstante da administração Trump quanto a matérias que pareciam centrais no quadro da Política Externa Americana, como o lugar central da NATO, enquanto pilar de Segurança e Defesa Transatlântica, e do papel liderante dos EUA no seio da Aliança, a par de uma preferência aparente por um modelo de relacionamento comercial internacional menos assente em acordos internacionais de carácter geográfico e mais em mecanismos bilaterais próprios, introduziu já relevantes mudanças nas decisões próprias, desde logo da UE, mas também de outros atores internacionais, nomeadamente da China.

Ao mesmo tempo, a própria União Europeia vê-se também envolvida numa difícil negociação sobre as condições do “divórcio” com o Reino Unido e, igualmente importante, a forma que assumirão as relações comerciais, de cooperação e de defesa no futuro entre os dois aliados.

Isto para já não falarmos da gestão do delicado processo do afluxo de migrantes a vários países europeus e dos acordos que, a este propósito, foram celebrados com países externos à União, como, por exemplo, a Turquia.

A estes fenómenos recentes, que nos são, desde logo, geograficamente mais próximos, junta-se ainda o novo papel que a China, assumidamente, quer ter no mundo, e que vai para além da mais tradicional e forte componente comercial.

Dois elementos parecem-me particularmente ilustrativos dessa ambição chinesa:

Por um lado, a iniciativa “One Belt, One Road”, anunciada em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, e que conjuga a “Silk Road Economic Belt” e a “21st Century Maritime Silk Road”.

Para termos uma ideia do que estamos a falar, julgo suficiente referir que se trata de uma iniciativa que envolve a construção de um conjunto de infraestruturas que toca três continentes, Ásia, África e Europa, passa por 65 países, representando 55% do PIB mundial, 70% da população global e 75% das reservas energéticas com existência comprovada.

Estima-se que envolva investimentos de mais de cinco triliões de dólares.

Por outro lado, os resultados do XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, que se traduzem na assunção formal e, podemos dizer, plena da visão de Xi Jinping de uma “nova era” para a China, a qual, nas suas palavras, e cito, “é uma era que vai ver a China aproximar-se do centro do mundo e fazer mais contribuições para a Humanidade”.

Importa não cair no erro de pensar que esta é, apenas e tão só, uma reação aos crescentes sinais de isolacionismo por parte da atual Administração dos Estados Unidos da América.

Bastará para tal ter presente que a iniciativa “One Belt, One Road” foi apresentada em 2013, ou seja, no segundo ano do segundo mandato do Presidente Barack Obama.

O redesenho desta nova ordem mundial, na qual não se pode ignorar o clima de crescente tensão vivido na Península da Coreia, com Moscovo à espreita, deita por terra a teoria do “Fim da História”, assumida após a Guerra Fria, e recentra o papel de muitos países na cena internacional, entre os quais, naturalmente, Portugal.

O papel que Portugal quiser, e souber, assumir neste novo xadrez internacional terá, necessariamente, nos Açores uma das suas peças fundamentais, enquanto garante da projeção atlântica do nosso país, bem como da relevância geoestratégica que lhe confere, a qual se mostra insuficiente se falarmos, apenas e só, do território continental.

Em boa verdade, esta formulação não é nova em si mesma, mas a urgência de agir face aos acontecimentos que já estão a redefinir a História, obriga a passar das palavras aos atos, para que Portugal assuma, enquanto Nação, a oportunidade que este conjunto de circunstâncias apresenta.

Em específico, em relação ao Brexit, consumada que parece estar a decisão do Reino Unido, e no respeito pela aliança centenária que existe entre os dois países, sou da opinião que Portugal pode e deve assumir-se e posicionar-se como o principal interlocutor da UE para o Atlântico Norte.

Para isso, é necessário, é imprescindível, proatividade, diligência, planeamento e execução competente e eficaz.

Esse posicionamento para uma nova abordagem da UE no Atlântico comporta, naturalmente, a dimensão do relacionamento económico e comercial assente no Acordo de Comércio com o Canadá (CETA), ou outros que se venham a desenvolver, a dimensão de cooperação no domínio marítimo e da investigação, dando sequência à “Declaração de Galway” sobre a cooperação no Atlântico, assinada pelos EUA, UE e Canadá em 2013, mas também uma forte componente no domínio da Segurança e Defesa.

Sobretudo nas duas últimas dimensões, - cooperação no domínio marítimo e da investigação e Segurança e Defesa -, Portugal tem, a partir do posicionamento, mas igualmente das características e potencialidades dos Açores, não apenas fortes argumentos e condições únicas, mas também um conjunto de projetos que podem, e devem, servir os propósitos maiores dos Açores, do nosso país e desta nova União a 27, também ela confrontada com antagonismos a Este e desconfianças a Oeste.

Desde logo, o projeto de instalação do Azores International Research Center (AIR Center), com uma incidência forte na ligação de redes internacionais de investigação transatlânticas e, também, com o Atlântico Sul, e que na próxima semana, no Brasil, conhecerá uma nova etapa do seu desenvolvimento, aprofundando ainda o conjunto de áreas temáticas sobre o qual este novo Centro, com sede nos Açores, incidirá a sua ação, que vão da Oceanografia, à Climatologia, passando pelas áreas aeroespaciais.

Do mesmo modo, o Observatório do Atlântico, que terá sede no Faial, estará em condições de potenciar o conjunto da investigação, mas também da sua aplicação empresarial e comercial, juntando parceiros de ambos os lados do Atlântico, assim como de outras latitudes, para promover um melhor conhecimento e eventual utilização dos recursos do oceano profundo, com uma abordagem assente no desenvolvimento sustentável.

Por último, o pilar da Segurança e Defesa.

Nesta matéria, consideramos não apenas lógico, como perfeitamente concretizável o projeto de constituição, na Base das Lajes, do Centro de Segurança Atlântica, que visa criar sinergias entre parceiros americanos e europeus de Portugal, em funções de formação, treino e outras para cumprimento de missões ou objetivos comuns no quadro das alianças em que nos inserimos ou mediante necessidades de países amigos.

Lógico e concretizável porque se trata, no fundo, de valorizar um ativo que é imutável, que é a posição geoestratégica dos Açores, através de um redesenho das funções da Base das Lajes e das capacidades que esta tem – em termos de infraestruturas e não só – e das potencialidades que pode oferecer.

Mas, para além de lógico e concretizável, permitir-me-ia adicionar um outro qualificativo: o de atempada.

Em duas dimensões: atempada, no “confronto” com a decisão dos EUA de redução da sua presença militar e civil na Base das Lajes, e, atempada, também, no contexto europeu atual.

Clarificando: em relação à decisão dos EUA, é hoje perfeitamente claro que o modelo em que assenta a cooperação de defesa com os EUA, e que tem no Acordo de Cooperação e Defesa o seu principal instrumento enformador, está nitidamente desfasado da realidade mensurável.

O Acordo de 1995 previa, no caso específico dos Açores, que a modalidade anterior de pagamento de uma verba diretamente revertível para o Orçamento Regional fosse substituída pela possibilidade de desenvolvimento de projetos de cooperação de interesse específico para a Região, os quais, a par dos postos de trabalho e dos benefícios económicos resultantes de um grande contingente de militares americanos e suas famílias existentes nas Lajes, redundariam num modelo mais eficaz de promoção de contrapartidas para os Açores e, especificamente, para a ilha Terceira.

É um facto que os projetos de cooperação apresentados não têm tido o apoio, financeiro ou outro, comparável com a realidade anterior, enquanto que os postos de trabalho e os benefícios económicos, diretos e indiretos, são hoje infinitamente menos do que foram antes da redução de 2013, e ainda menores que em décadas anteriores.

Face a esta nova realidade que foi imposta pela decisão unilateral norte-americana, – e sublinho unilateral –, a proposta de criação do Centro de Segurança Atlântica constitui uma oportunidade única e atual para a clarificação do compromisso bilateral dos EUA para com Portugal, ao manter, no Atlântico, uma cooperação forte no domínio da defesa,

adicionando, também, novas componentes e benefícios diretos tangíveis na relação histórica com os Açores.

É preciso que fique claro que esta relação bilateral não se limita e restringe a esta área, mas é também evidente que as premissas que regem o Acordo de Cooperação e Defesa estão a produzir mais-valias apenas para uma das partes, traduzindo-se, assim, numa relação profundamente desequilibrada a favor dos Estados Unidos da América.

Cabe, pois, a Portugal, se tal clarificação dos EUA não surgir, desencadear os mecanismos para a sua revisão.

A este propósito, cometo, porventura, a veleidade de pensar que estou bem acompanhado nessa apreciação e nessa posição, como é público, pelo Representante da República para os Açores, Embaixador Pedro Catarino.

No passado dia 28 de setembro, o jornal Diário Insular publicou um artigo de opinião assinado pelo Representante da República para os Açores, Embaixador Pedro Catarino, do qual constava o seguinte, e cito:

“Passados 22 anos da assinatura do Acordo, o cômputo dos benefícios (tangíveis e intangíveis) resultantes do mesmo para o país em geral e para os Açores em particular, terá que ser feito cuidadosa e judiciosamente, bem como análise da forma como os mecanismos institucionais funcionaram. Na base dos factos, com objetividade e sem emotividade.

Mas acho que uma constatação é certa. É que o contexto se alterou radicalmente, desequilibrando os dois pratos da balança.

Da parte americana, continua a haver o uso com exclusividade em relação a qualquer outro país de umas instalações militares de primeiríssima qualidade, numa localização atlântica no meio do oceano Atlântico.

Do lado português, deixámos de beneficiar de uma presença significativa de militares americanos necessitando de mão de obra portuguesa e implicando gastos de funcionamento e investimentos, com considerável impacto na economia da ilha Terceira.

Portanto, as premissas sobre as quais discutimos o Acordo de Cooperação e Defesa alteraram-se radicalmente, justificando porventura a revisão do Acordo.”

Gostava apenas de referir ainda que a importância que atribuo a esta posição do Embaixador Pedro Catarino não tem a ver, ou melhor, não tem só a ver com a sua qualidade de Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

Ela é particularmente importante e relevante também, e talvez sobretudo, porque coube-lhe, noutro contexto e noutras funções, liderar, em nome do Governo Português, a negociação daquele Acordo, em particular na fase inicial das negociações com os Estados Unidos da América.

Resta-me referir ainda que considero atempada a questão do Centro de Segurança Atlântica porque, também no quadro da UE, como se conclui pela decisão conhecida esta

semana, há um conjunto muito importante de Estados Membros que pretendem dar passos mais consequentes quanto à Defesa Europeia.

Como é sabido, estes países notificaram, formalmente, o Conselho da União Europeia da sua intenção de estabelecer uma Cooperação Estruturada Permanente, no domínio da Defesa.

Ainda que Portugal não tenha, formalmente, assinado a notificação com os restantes 22, já indicou que o fará a breve trecho.

Este é um passo inédito na vida da União que revela uma intenção formal, irreversível e estruturante de prosseguir um caminho de aproximação de compatibilização das estruturas e meios da Defesa dos vários Estados Membros, bem como de aquisições futuras e planeamento.

No que mais diretamente nos diz respeito, abre, também, para Portugal uma oportunidade importante quanto ao referido Centro de Segurança Atlântica.

Não nos podemos esquecer que, à luz daquele compromisso, caberá a cada Estado-Membro indicar, a breve trecho, os contributos nacionais a favor desta “Cooperação Estruturada”, nomeadamente ao nível da cooperação nos campos de treino e de logística.

Também nesta matéria, a constituição do Centro de Segurança Atlântica deve significar uma mais-valia que Portugal pode capitalizar no seio da União Europeia e da NATO, no âmbito da sua participação no projeto da Permanent Structured Cooperation (PESCO).

A instabilidade ou mutabilidade das relações internacionais são características, apesar de tudo, bastante comuns.

Basta ver a história recente do século XX que transformou o mundo, com conflitos bélicos, com a ascensão e queda de ditaduras, com o surgimento de novas ameaças, mas também com períodos de progresso económico, com desenvolvimento social e com paz.

Estes processos históricos ensinam-nos que as mais-valias estratégicas de um determinado território podem, a cada momento, ser objeto de valorização ou desvalorização pelas partes interessadas, mas que cabe, sobretudo aos seus protagonistas, a cada momento, avaliarem, promoverem e implementarem as melhores formas para defesa e promoção do interesse nacional.

O Atlântico é hoje, como noutros momentos da nossa História, foco de redobradas atenções.

Portugal ocupa uma posição privilegiada para a sua valorização e para, através dela, gerar benefícios próprios.

Que a isto ajude o engenho, a arte... e um trabalho competente.